

Auditora que expôs os problemas da gestão da equipa responsável pela reestruturação da LAM acabou despedida da companhia

- A antiga directora do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), Gisela Ângela Gomes Mabota, foi despedida da chamada companhia de bandeira nacional. A decisão surge depois de o gabinete ter produzido uma auditoria extraordinária que expôs a podridão da Comissão de Gestão (CG) mandatada para tentar tirar a LAM do coma em que se encontra há já alguns anos. A CG é comandada por Tomás Matola, Janfar Abdulai e Agostinho Langa, dirigentes das empresas públicas Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE) e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), respectivamente, que colocam dinheiro no processo de reestruturação da companhia.





Mais preocupante ainda é o facto de não se poder entender uma reestruturação ignorando os mecanismos de controlo interno, como as auditorias internas. Daí perguntamos: que tipo de reestruturação está a ser feita na LAM quando são afastados precisamente os responsáveis pelo trabalho de auditoria que colocou em causa decisões da Comissão de Gestão?



Entre os problemas identificados pelo GAI estão decisões milionárias para a compra de cinco aviões obsoletos, num processo envolvido numa nuvem de poeira, dos quais apenas um, um ano depois da compra, está a funcionar, confirmando os resultados da auditoria, bem como a consolidação do sistema de aluguer de aviões sem transparência.

O despedimento foi formalizado através do Despacho de 16 de Setembro de 2026, assinado por Lucas Francisco, Vogal da Comissão

de Gestão para a Administração e Finanças. A decisão ocorreu cerca de dois meses e meio depois de Gisela Mabota ter sido afastada da direcção do Gabinete de Auditoria Interna, através da Ordem de Serviço n.º 21/2026, na mesma altura em que foi também afastado Jorge Zandamela, então responsável pela área técnico-operacional da LAM e que havia mandado a realização da auditoria interna extraordinária.

O Centro para Democracia e Direitos Hu-

manos (CDD) considera preocupante o despedimento de Gisela Mabota, precisamente por parte do grupo que a auditoria denunciou. Mais preocupante ainda é o facto de não se poder entender uma reestruturação ignorando os mecanismos de controlo interno, como as auditorias internas. Daí perguntamos: que tipo de reestruturação está a ser feita na LAM quando são afastados precisamente os responsáveis pelo trabalho de auditoria que colocou em causa decisões da Comissão de Gestão?

O que a auditoria encontrou?

De entre vários problemas, pode-se destacar a aquisição de aeronaves obsoletas, nomeadamente dois Embraer E-190 e três Bombardier Q-400; a contratação de aviões em regime de aluguer sem transparência; a ausência de aprovações formais das decisões, como a compra e o aluguer de aviões; o recurso a procedimentos de ajuste directo para a compra e aluguer dos aparelhos; e a ausência de inspecções técnicas antes da compra de aviões. Isto significa que a Comissão de Gestão comprou os aparelhos sem verificar a sua saúde, como alguém que compra celulares ou peças no mercado Estrela Vermelha.

No caso dos dois Embraer E190, por exemp-

lo, a auditoria apontou para um compromisso financeiro de USD 25 milhões, assumido sem deliberações formais do Conselho de Administração da LAM e sem aprovações documentadas das entidades de tutela. O relatório também levantou questões sobre a avaliação técnica das aeronaves e referiu a ausência de uma inspecção física dos motores antes da compra.

Os aviões em causa, depois de adquiridos, foram sujeitos a um trabalho de recondicionamento que levou seis meses na África do Sul, com custos para onerar o erário público. Estão em Maputo há um mês, mas apenas um está a funcionar. O outro está no hangar devido a problemas de peças.

Houve tentativas de colocá-lo a voar por duas ocasiões. Foi à pista, recebeu passageiros, mas não conseguiu sair do chão. Os passageiros foram devolvidos à pista e o avião ao hangar, onde se encontra até hoje. Enquanto isso, a LAM continua a gastar milhões de dólares por dia para pagar o aluguer de aviões.

Na aquisição dos três Bombardier Q400, a auditoria identificou igualmente problemas de documentação, ausência de inspecções pré-compra independentes e falta de deliberações formais. A própria realidade operacional da companhia acabou, assim, por colocar em evidência os problemas que a auditoria havia levantado.

Os três Bombardier estão no hangar. Dois nunca chegaram a funcionar desde a sua aquisição, uma vez que sofreram canibalização para colocar um no ar. Só que esse um acabou também no chão, com problemas no motor. A sua reparação, um ano depois da compra, precisa de uma engenharia financeira de três milhões de dólares do Estado, a sair

da EMOSE, HCB e CFM.

A sequência de acontecimentos parece confirmar os receios de que, tendo em conta a situação da companhia, a injeção de capital por parte das três empresas pode ser um exercício de perda de dinheiro, que deve ser investigado, sob risco de haver esquemas de corrupção que até podem culminar com

perdas com potencial de prejudicar as três empresas, das poucas que ainda produzem dividendos para o Estado.

O que estamos a dizer é que chegou a hora não apenas de nos preocuparmos com a reestruturação da LAM, mas também com o processo de gestão do dinheiro que sai das três empresas.

Comissão de Gestão deve explicar despedimento de Gisela Mabota

Vistos os resultados da auditoria e a situação actual da companhia, torna-se altamente questionável a decisão da Comissão de Gestão de afastar Gisela Mabota. A auditoria pode estar errada. As suas conclusões podem ser contestadas, corrigidas ou tecnicamente refutadas. Os auditores podem ser chamados a explicar os métodos utilizados e as conclusões alcançadas. Mas, tendo em conta a actual situação da companhia, o afastamento da responsável pelo gabinete que identificou esses problemas exige uma explicação clara.

Uma empresa pública em processo de recuperação deveria reforçar os mecanismos que permitem identificar

erros, falhas de governação e riscos financeiros. Colaboradores como Gisela deviam ser protegidos e acarinhados, porque são pessoas-chave no processo de reestruturação. A LAM não pode passar por qualquer processo de reestruturação sem melhoria dos mecanismos de controlo interno.

A auditoria interna existe precisamente para isso: olhar para dentro da instituição, identificar problemas e alertar para decisões que possam comprometer os recursos e o funcionamento da empresa. Por isso, a questão não deve ser apenas por que razão Gisela Mabota foi despedida. É preciso perguntar também o que aconteceu às conclusões da auditoria

que ela dirigia.

Foram contestadas? Foram tecnicamente refutadas? Foram corrigidos os procedimentos identificados como problemáticos? Foram apuradas responsabilidades pelas decisões que envolveram milhões de dólares? Ou a reestruturação da LAM está a ignorar essas conclusões?

Se as conclusões estavam erradas, a LAM deve explicar, com documentos e argumentos técnicos, onde estava o erro. Se estavam correctas, é legítimo perguntar por que razão foi afastada a responsável pelo gabinete que identificou problemas que a própria companhia deveria estar interessada em corrigir.

QUE TIPO DE REESTRUTURAÇÃO ESTÁ A SER FEITA NA LAM?

A LAM continua a enfrentar dificuldades operacionais e a depender do aluguer de aeronaves, apesar dos investimentos realizados na aquisição da sua própria frota. Quase todas as aeronaves adquiridas permanecem indisponíveis, enquanto a companhia continua a suportar custos elevados para garantir a operação. Daí ser legítimo perguntar: que tipo de reestruturação está a ser feita na LAM?

É uma reestruturação destinada a corrigir os problemas de que enferma a companhia, incluindo os identificados pela auditoria, ou um exercício que pode acabar com a companhia e levar consigo as três empresas que injectam capital, ou deixar sequelas graves nessas empresas?

Se o objectivo é melhorar a saúde da companhia, não parece razoável afastar aqueles que tiveram a responsabilidade institucional de apontar erros, porque isso significa fragilizar os mecanismos de controlo interno.

Não se pode responsabilizar o termómetro pela febre

O CDD defende não se pode sacrificar quem identificou os problemas em vez de enfrentar os problemas identificados.

Uma reestruturação séria deve fortalecer os mecanismos de controlo interno, proteger quem exerce funções de auditoria e apurar responsabilidades quando são identificadas decisões que podem comprometer recursos públicos. Não se pode responsabilizar o termómetro pela febre.

Se a auditoria estava errada, que seja tecnicamente contestada. Se estava correcta, que

as suas conclusões sejam enfrentadas e que sejam apuradas as responsabilidades pelas decisões identificadas.

Para o CDD, a reestruturação da LAM não pode significar o sacrifício daqueles que, no exercício das suas funções, identificaram e documentaram os problemas da companhia. O foco deve estar nos problemas, nas decisões que os produziram e na responsabilização de quem r. tiver de ser responsabilizado — não em quem teve a coragem institucional de os identifica





MISSÃO

Inspirar e impulsionar acções para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Ministry for Foreign
Affairs of Mozambique



FORD
FOUNDATION



OPEN
SOCIETY
FOUNDATION